

O aspecto social deve ser prioritário

Para o idealizador da cúpula, o embaixador chileno Juan Somavía, o problema da pobreza não é a falta de recursos, e sim de vontade política para redefinir prioridades e enfrentar questões delicadas, como a especulação financeira e o corte nos gastos militares

No início da noite de domingo, 12 de março, o diplomata chileno Juan Somavía estava exausto, porém contente. E não era para menos. Embaixador permanente do Chile junto às Nações Unidas desde 1990, Somavía é o pai intelectual da reunião de cúpula sobre Desenvolvimento Social, encontro que vinha preparando com uma disciplinada obsessão desde maio de 1991, e que acabou congregando o maior número de chefes de governo e de Estado da História.

Em mais de três décadas de carreira diplomática, Somavía, que tem 53 anos, é casado e pai de dois filhos, acumulou uma vasta experiência. Foi assessor dos presidentes do México e da Venezuela de 1973 a 1975 e consultor do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio, hoje Organização Mundial do Comércio¹), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e relator de um grupo de estudos sobre o papel das instituições multilaterais. Entre 1976 e 1987, criou e dirigiu o Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (Ilet), sediado no México. Em seguida,

fundou a Comissão Sul-Americana pela Paz. Em seu país natal, presidiu as comissões internacionais da Aliança Democrática, da Assembleia Civil e a Coalizão de Partidos Políticos pela Democracia,

e foi um dos líderes da campanha pelo *Não* no plebiscito convocado pelo ditador Augusto Pinochet².

Na ONU, Somavía é considerado uma "raposa velha". Conhece tudo, e já ocupou vários cargos eletivos. Formado em Direito, é detentor de vários prêmios pelas suas contribuições à paz e aos direitos humanos.

Na cúpula de Copenhague, Somavía conseguiu colocar lado a lado representantes de 185 países, muitos deles com interesses opostos e conflitivos, só para falar de pobreza. Ao final da conferência, quando ainda discursavam os últimos delegados no plenário, o diplomata recebeu **cadernos do terceiro mundo** para uma conversa.

E agora, embaixador, o que acontece depois da reunião de cúpula?

— A cúpula de Copenhague terá desdobramento em três níveis: nacional, regional e internacional.

Destes, o mais importante é o nacional, pois é nesse plano onde ocorrem os processos sociais, onde as pessoas lutam pelas questões que foram debatidas na Dinamarca: pobreza, desemprego e desintegração social. O compromisso para erradicar a pobreza absoluta vai ter data marcada em cada país. A discussão de uma data é um forte fator de mobilização na sociedade. Seria irreal marcarmos uma data única. Cada país tem o seu *timing*, de acordo com as suas condições, e estabelecerá a data em seu relatório sobre a situação social que fará até o final do ano que vem.

Em suma, o primeiro desdobramento será a nível nacional. Depois, vários países — por exemplo, na América Latina — poderiam se reunir e discutir o que fazer a nível regional. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou que vai aumentar em 50% os

Juan Somavía:
acredita que o
esforço coletivo
internacional
começa a minorar os
dramas sociais do
mundo pobre



recursos para a área nacional, um acréscimo importante.

Qual foi a mais importante mensagem da conferência?

— Este foi o primeiro encontro de cúpula global sobre o tema. Considero que esta conferência serviu para dizer que as sociedades dos diversos países precisam se juntar e ver como vão resolver seus problemas. É também um desafio ético para a maioria das sociedades.

Neste sentido, o sr. não lamenta a ausência do presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso?

— Sim, é uma pena que ele não tenha vindo. Entendo seus motivos, mas sentimos muito a sua falta. Para o Brasil e para o mundo, ele representa um tipo de visão e uma experiência muito particular e importante. Mas tenho certeza de que, mesmo não tendo vindo, ele se comprometerá com os resultados da cúpula.

Em sua opinião, não faltou aprofundar o debate sobre a instabilidade dos mercados financeiros internacionais?

— Sim, precisamos discutir mais os efeitos das transações especulativas. E precisamos promover o investimento produtivo. Há uma série de implicações práticas quando se fala em transações no mercado financeiro. O escândalo envolvendo o banco Barings, na Inglaterra, e tantas outras coisas que aconteceram no ano passado mostraram que esta discussão é mais do que necessária.

O sr. está satisfeito com os resultados da conferência?

— Acho que esta cúpula foi o equivalente, na área social, à primeira grande conferência internacional sobre meio ambiente em Estocolmo, em 1972, que deu o pontapé inicial num processo de mudança de consciência.

Na época da primeira grande conferência sobre mulheres, no México, em 1975, muita gente achou que era apenas um show. No entanto, ajudou a promover o assunto. O mesmo vai acontecer com pobreza e desenvolvimento social depois de Copenhague.

Houve evidentes reações entre representantes das Nações Unidas e das chamadas instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) quando se abordou o custo social dos programas de ajuste estrutural.

— Bem, existe um compromisso claro, assinado aqui, de redução do custo social. Não é que o ajuste não seja necessário. Sabemos, a partir da nossa própria experiência pessoal

e doméstica, que é preciso corrigir os desequilíbrios.

Mas a questão é: por que é que a correção dos desequilíbrios acaba caindo nas costas dos mais fracos da sociedade? Por isto, a mensagem para quem tem desequilíbrio a corrigir é a seguinte: pensem no custo social no início para evitar ter que mandar uma ambulância depois.

Qual a sua resposta aos que acharam o documento fraco?

— O cinismo sempre existe na sociedade. Há dois tipos de críticos. Os primeiros são os cínicos, que não acreditam em nada, que arrasam tudo. Mas para estes eu não ligo. A única maneira pela qual as transformações acontecem é através de gente que acredita, que põe a mão na massa, que tem valores e idéias.

Há outro grupo de críticos. São os que acham que a cúpula não foi suficientemente longe em suas metas. Esta é uma objeção legítima. São as pessoas que querem ver mais envolvimento, mais rapidez na ação.

Mas é preciso ter claro as funções relativas ao governo e à sociedade civil. Os governos têm limitações naturais, e o papel da sociedade civil é o de sempre: esticar estes limites. Neste sentido, o encontro de Copenhague foi muito bem-sucedido. Foi o maior encontro de chefes de Estado do mundo, o documento tem um claro valor de orientação, e esta foi ainda a maior reunião de ONGs da história das Nações Unidas.

Haverá recursos suficientes para esta imensa tarefa de erradicar a pobreza no mundo?

— Ninguém pode afirmar que não existam recursos suficientes. Se você juntar todos os recursos disponíveis no setor público e no setor privado no mundo, chegará a uma soma gigantesca. O problema é definir prioridades. O desenvolvimento social precisa voltar a ser a prioridade. Os gastos militares precisam ser muito mais reduzidos. Um pequeno corte nos gastos com armamentos representa escola, hospital, segurança para milhões de crianças no mundo inteiro.

(Kristina Michahelles)

¹O Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt transformou-se na Organização Mundial de Comércio-OMC, no dia 1º de janeiro de 1995. Em março, o diplomata italiano Renato Ruggiero foi eleito para a direção-geral da organização (ver seção Ping-Pong nesta edição).

²O plebiscito, que determinou a volta da democracia chilena, foi realizado no dia 5 de outubro de 1988. O não à continuidade do regime militar, até 1997, obteve o apoio de 54,4% dos chilenos, enquanto o sim alcançou 43,04%. Como consequência do plebiscito, realizaram-se eleições em 1989, que deram a vitória ao democrata-cristão Patricio Aylwin.